

Professor terá aumento

CÉSAR HENRIQUE ARRAS

DA EQUIPE DO CORREIO

O governador Joaquim Roriz sancionou ontem, na sala Villa-Lobos do Teatro Nacional, o novo plano de cargos e salários dos 47 mil servidores da área de Educação do Governo do Distrito Federal (GDF). A sanção ocorreu mesmo sem o projeto, aprovado em dezembro na Câmara Legislativa, estar totalmente concluído. O texto final da lei, segundo a assessoria da Secretaria de Educação, só ficaria pronto no final da noite de ontem.

Apesar da sanção, o governo Roriz não sabe ainda de onde virá o dinheiro para cobrir os novos gastos com o funcionalismo. O GDF conta com R\$ 202 milhões do Fundo Constitucional do DF que, por um erro de cálculo do Ministério do Planejamento, não foram liberados ainda pelo governo federal.

"Essa sanção é um ato de fé", definiu a deputada distrital Eurides Brito (PMDB), ex-secretária de Educação. "O ministro (do Planejamento) Guido Mantega me garantiu que esse dinheiro será repassado porque ele reconhece o erro. Se não vier, será uma catástrofe", disse o governador Joaquim Roriz.

A secretaria de Educação, Maristela Neves, garante, no entanto, que o plano será implementado mesmo sem a transferência do dinheiro do governo federal. "Virou lei. Temos que arrumar recursos do GDF, caso não sejam liberados recursos da União", afirmou. O

plano de cargos e salários prevê reajustes entre 15% e 45% até 2006. O salário inicial do magistério, já em março, vai saltar de R\$ 1.306 para R\$ 1.728. Em 2006, será de R\$ 2.430..

Vetos finais

O plano custará R\$ 230 milhões este ano. Até a sua conclusão, vai dispender R\$ 400 milhões em recursos. A lei, apesar de sancionada, não tinha redação final concluída na hora do evento. Votos de última hora tiveram que ser feitos, como o que criava um plano de assistência à saúde dos servidores da Educação.

"O veto foi feito porque nenhum servidor do GDF tem es-

se benefício. O governo vai fazer um projeto para que a assistência à saúde seja garantida a todos os servidores indiscriminadamente", explicou a secretária Maristela. Outro voto de última hora retirou o adicional de 45% nos salários dos professores que lecionam em presídios.

O benefício era garantido por uma emenda parlamentar na Câmara Legislativa e, segundo a secretaria de Educação, é inconstitucional por ter vício de origem. "Como implica em despesa, só o Executivo poderia ter feito essa emenda. Já estamos providenciando a correção", explicou.

RECURSOS

R\$ 202

milhões do Fundo Constitucional do DF ainda não foram liberados pelo governo federal

R\$

1.728,00

será o salário inicial do magistério, em março